



Escola Politécnica da Universidade de São Paulo  
Departamento de Engenharia de Construção Civil

**PCC 3350 - PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**

# **Serviços públicos urbanos**

**Prof. Dra. Karin Regina de Castro Marins**

**23 de maio de 2023**

# Tópicos principais

- ✓ O processo de urbanização. A cidade na história e o urbanismo
- ✓ Desenvolvimento urbano sustentável
- ✓ Políticas urbanas, Estatuto da Cidade, instrumentos de planejamento urbano
- ✓ Políticas setoriais, plano diretor de desenvolvimento urbano
- ✓ Zoneamento e parcelamento do solo urbano
- ✓ Planejamento e gestão urbanos, sistemas administrativos e orçamento municipal
- ✓ Gestão da infraestrutura urbana
- ✗ Serviços públicos urbanos

# Referências bibliográficas

ABIKO, A. **Serviços Públicos Urbanos**. TT/PCC/10, São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1995

# Tópicos principais

- × Serviços urbanos
- × Principais serviços urbanos

# Tópicos principais

- × Serviços urbanos
- × Principais serviços urbanos

# Conceitos gerais

- × **Infraestrutura urbana:** rede física
- × **Serviço público urbano:** operação, tarifação e manutenção da rede
- × **Equipamento urbano:** instalações pontuais, tais como sedes educacionais, de assistência à saúde, de segurança pública, etc.

**Sistemas e subsistemas técnicos**

# Serviço público

- ✘ Atividade que a pessoa jurídica de direito público exerce, direta ou indiretamente (delegação)
- ✘ Deve atender às necessidades coletivas, utilizando procedimentos do direito público (comunidade), com supremacia do interesse público sobre o individual
- ✘ Serviços públicos de interesse urbano: preponderância do município
- ✘ Serviço público intermunicipal: consórcios entre municípios e Estado federativo, em regiões metropolitanas

# Serviço público

- × Fundamental para desenvolvimento econômico e social
- × Instrumento para compensação e redistribuição de renda
- × Requisitos:
  - + Permanência
  - + Generalidade
  - + Eficiência
  - + Modicidade
  - + Cortesia



# Formas de prestação de serviços públicos

## × Pessoa jurídica de direito público

- + Administração direta – secretarias, departamentos, repartições da união, estados, DF, municípios.
- + Administração indireta – autarquias e fundações públicas de direito público

## × Pessoa jurídica de direito privado

- + Administração indireta/ paraestatais – sociedade de economia mista, empresas públicas, serviços sociais autônomos
- + Administração indireta/ privadas – empresas, fundações, associações, sociedades

# Formas de prestação de serviços públicos

- × **Centralizada** (administração direta)
- × **Descentralizada** (administração indireta)
  - + **Outorga** – poder público concede direito de prestação de serviço a autarquia, fundações públicas e às empresas estatais ou governamentais (empresas públicas e sociedades de economia mista) por tempo indeterminado. Ex. Uso de recursos hídricos
  - + **Delegação** – concessão de direito por tempo determinado
    - × **Concessão** mediante licitação – transporte público, energia, gás
    - × **Permissão** (transitória) – transporte público
    - × **Autorização** – serviços de táxi, feirantes, segurança particular

# Formas de prestação de serviços públicos

- ✘ PPPs: Parcerias Público-Privadas (Lei Nº11.079/2004)
  - + Privado: projeto, financiamento, construção e operação
  - + Público: compra o serviço
  - + Controle do desempenho na prestação de serviços, não da obra
  - + 5 a 35 anos de duração (Lei das PPPs)
  - + Contrato maior ou igual a R\$20 milhões

# Tópicos principais

- × Serviços urbanos
- × Principais serviços urbanos

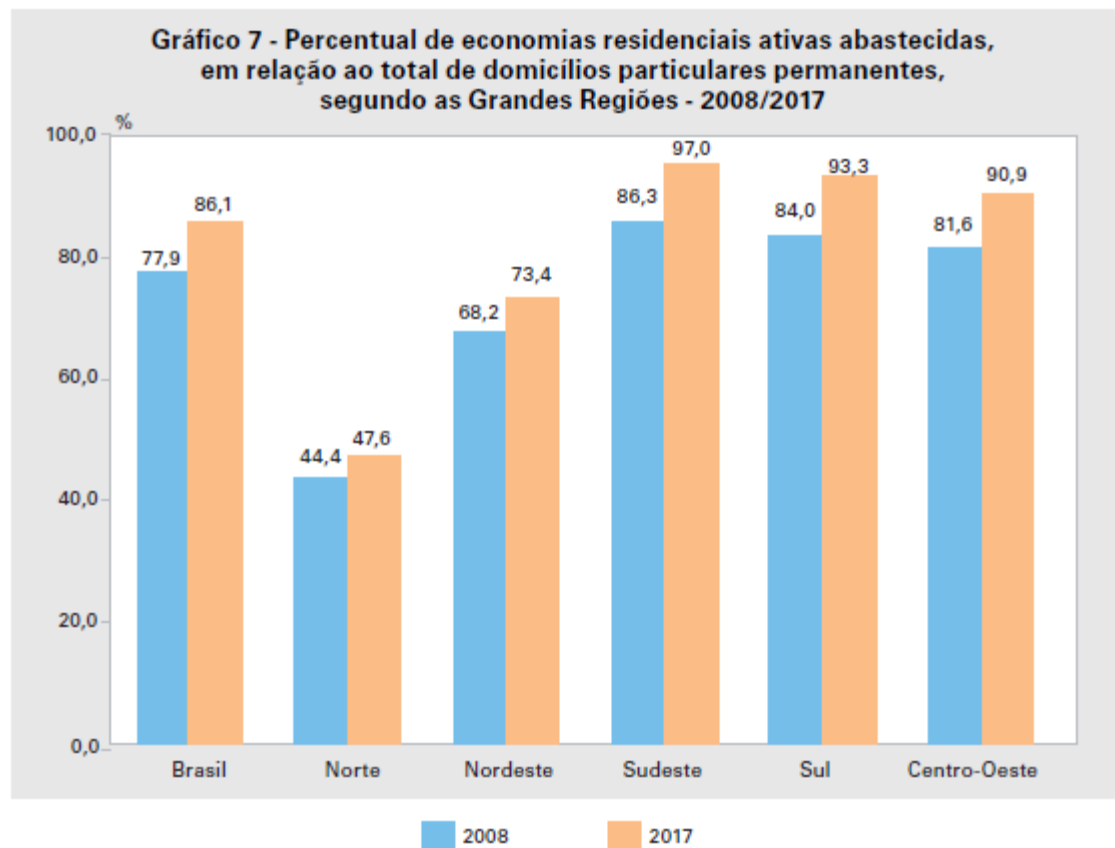
# 1. Arruamento, alinhamento e nivelamento

- ✘ Arruamento: conjunto de vias de circulação, logradouros públicos e espaços livres aprovado pela Prefeitura em uma determinada área urbanizável.
- ✘ Alinhamento: limite entre a propriedade privada e o domínio público urbano.
- ✘ Nivelamento: fixação da cota dos lotes, relativamente às vias urbanas
  
- ✘ Atribuição Municipal
- ✘ Executados diretamente pela Prefeitura ou aprovados por ela para execução
- ✘ Prescrições na Lei de Zoneamento/ Uso e Ocupação do Solo

## 2. Água e esgoto sanitário

- ✘ Atribuição comum às esferas Federal, Estadual e Municipal. Na prática, tem sido considerada atribuição local
- ✘ No estado de SP, mais de 50% dos municípios tem serviço próprio, sob responsabilidade de autarquias. Demais municípios: delegação por concessão a SABESP
- ✘ Há possibilidade de concessão ao setor privado

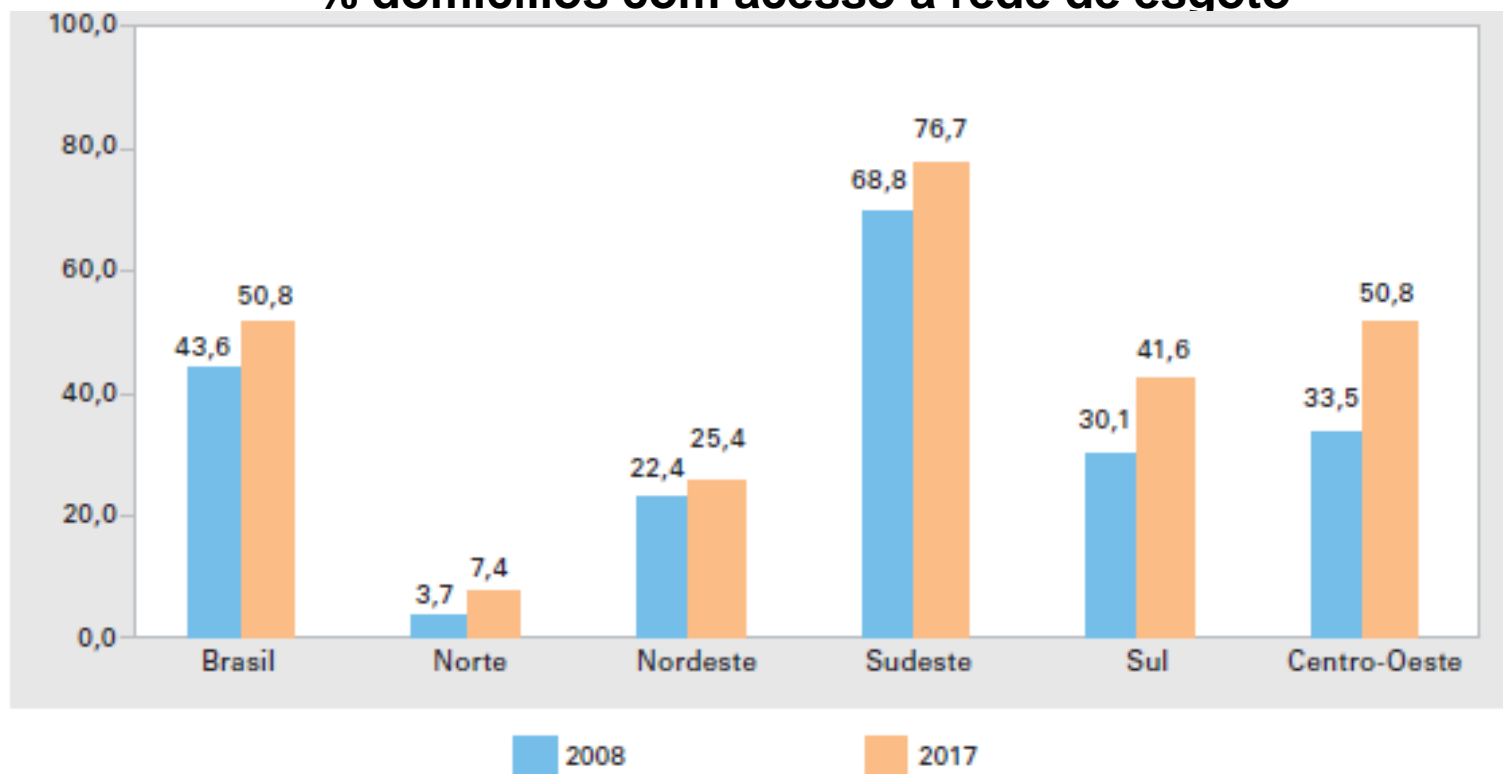
## 2. Água e esgoto sanitário



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008/2017, e Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

## 2. Água e esgoto sanitário

% domicílios com acesso a rede de esgoto



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008/2017, e Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.



## 2. Água e esgoto sanitário

**Volumes de esgoto gerado, coletado e tratado - 2017**

Grandes Regiões	Volumes diários de esgoto (m <sup>3</sup> )			Percentual de esgoto (%)		
	Gerado (1)	Coletado (2)	Tratado (3)	Gerado e coletado	Coletado e tratado	Gerado e tratado
Brasil	21 267 971	14 251 582	10 983 179	67,0	77,1	51,6
Norte	993 451	188 359	163 261	19,0	86,7	16,4
Nordeste	3 854 898	1 596 458	1 500 585	41,4	94,0	38,9
Sudeste	11 447 158	9 575 478	6 647 151	83,6	69,4	58,1
Sul	3 250 270	1 797 754	1 623 678	55,3	90,3	50,0
Centro-Oeste	1 722 194	1 093 533	1 048 504	63,5	95,9	60,9

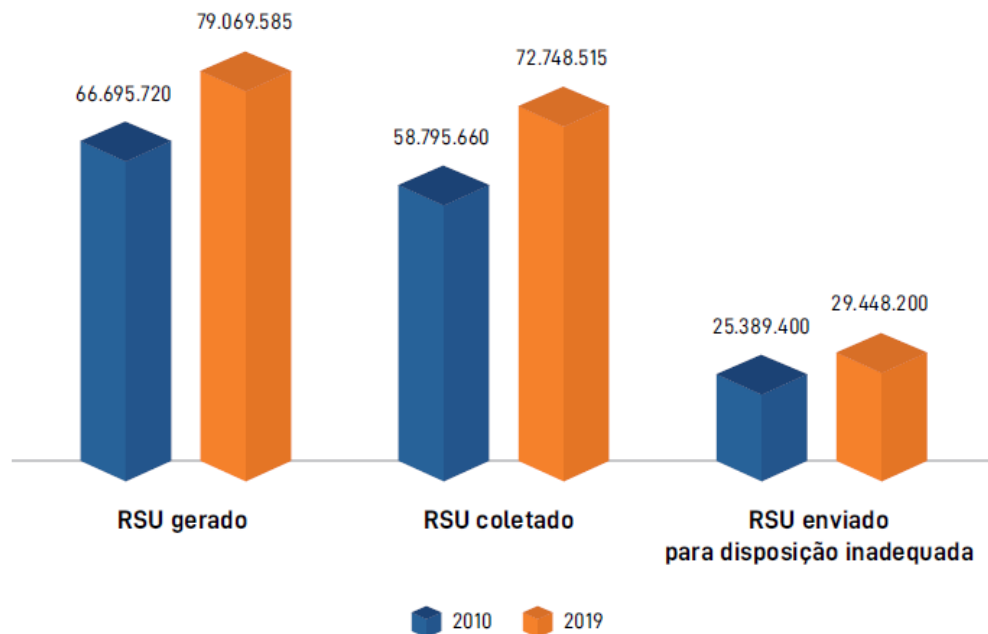
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2017.

Nota: Foram considerados apenas os questionários com serviço de esgotamento sanitário em funcionamento.

(1) Estimativa de esgoto gerado = 80% da vazão de água consumida medida ou estimada em todas as economias com abastecimento de água por rede geral de distribuição. (2) Volume de esgoto coletado medido ou estimado pelas entidades executoras. Conforme tratado no Apêndice desta publicação, essa é uma variável com muitos valores ignorados, de forma que os números agregados estão subestimados. (3) Volume de esgoto que recebe tratamento nas estações de tratamento de esgoto da entidade executora localizada no próprio Município onde o esgoto foi coletado.

# 3. Resíduos sólidos

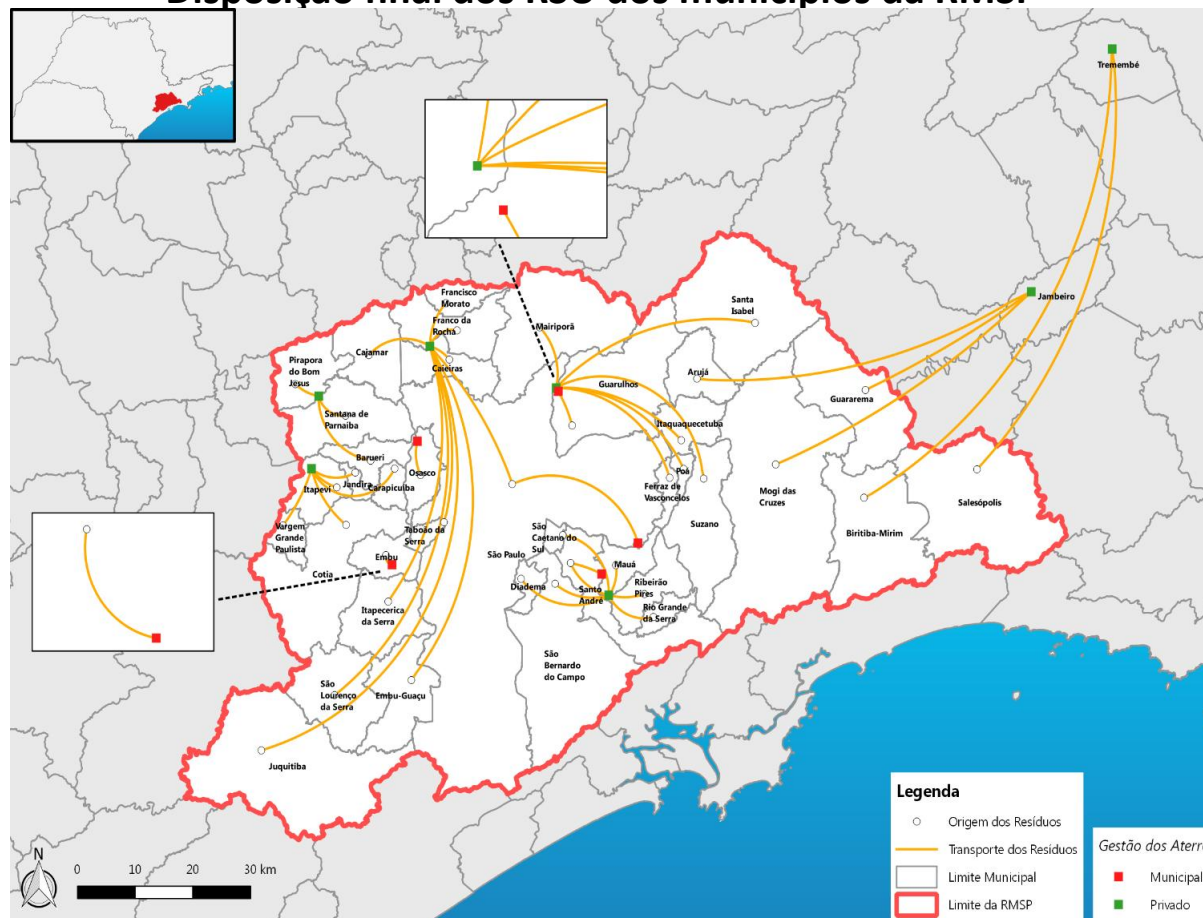
Quantitativo de disposição final de resíduos sólidos urbanos – 2010/ 2019



ABRELPE, 2020.

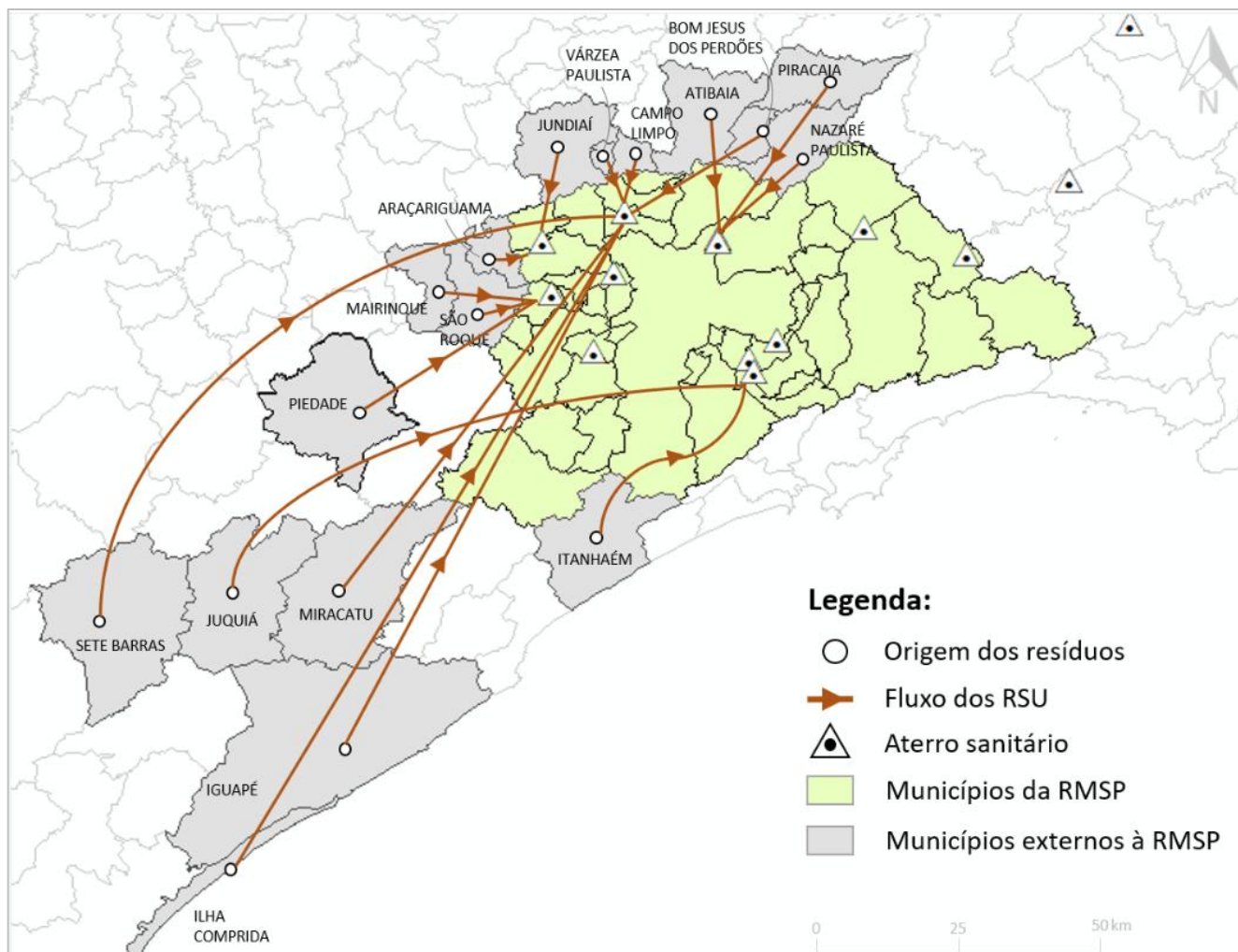
# 3. Resíduos sólidos

## Disposição final dos RSU dos municípios da RMSP



# 3. Resíduos sólidos

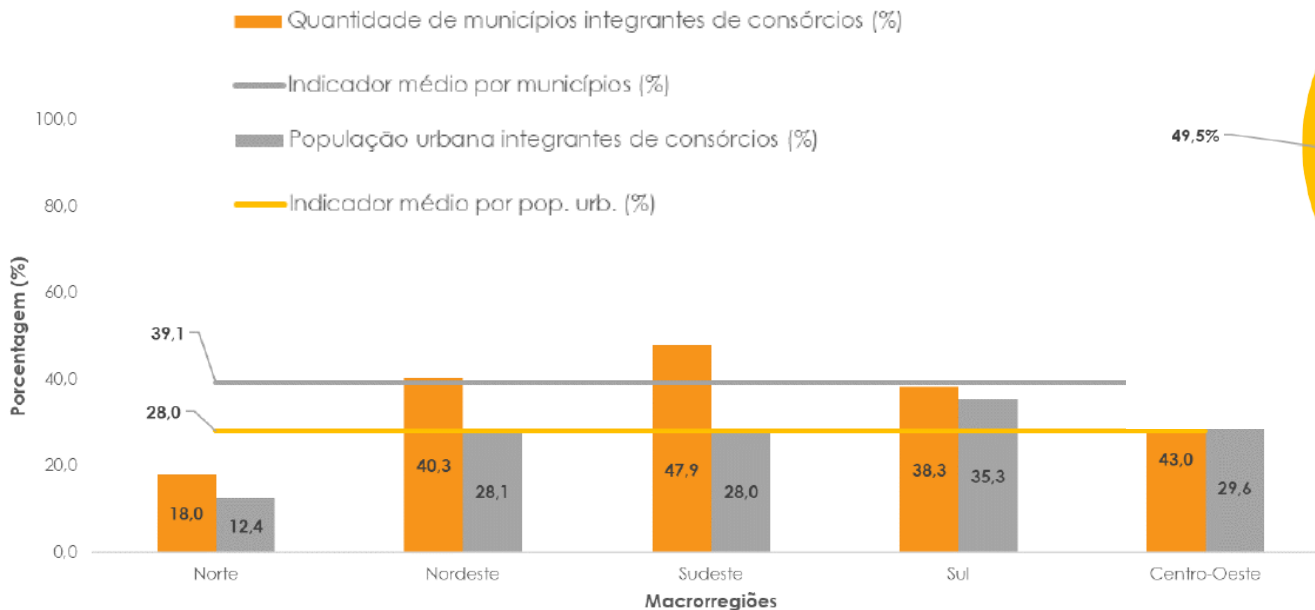
## Disposição final dos RSU de municípios externos à RMSP



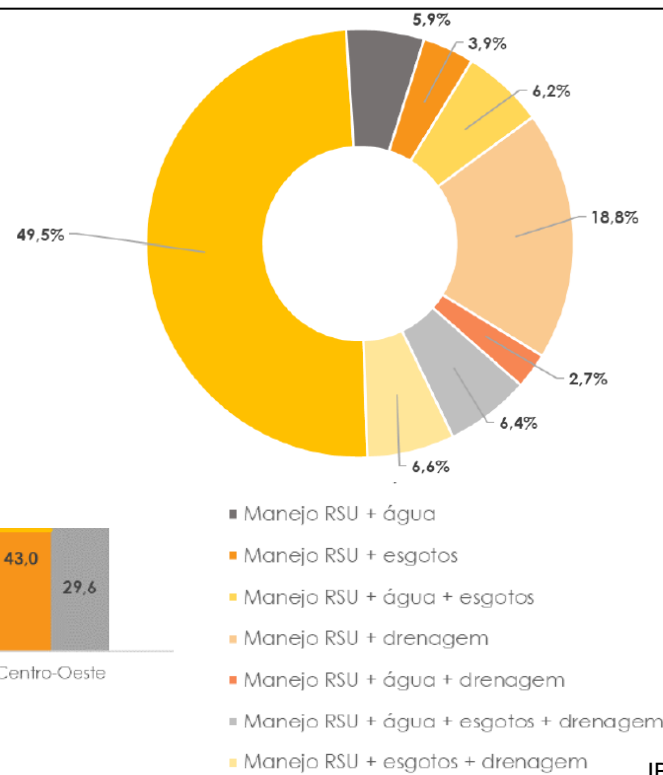
DALLORA, R. AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. ESTUDO DE CASO: SUB-REGIÃO SUDESTE 2019. Adaptado de CETESB (2016).

# 3. Resíduos sólidos

**% municípios consorciados para manejo de resíduos sólidos 2017**



**Prestação de serviço de manejo de resíduos sólidos em conjunto com outros serviços de saneamento - 2017**



IBGE, 2020

# 3. Resíduos sólidos



Estação de transbordo Ponte Pequena

## 4. Drenagem de águas pluviais

- × Serviço público municipal.
- × Passível de concessão (PNSB 2020)
- × Custos cobertos por impostos gerais, não são cobradas taxas ou tarifas.
- × 39,5% dos municípios brasileiros declararam apresentar problemas de assoreamento, devido à manutenção ou dimensionamento inadequados da rede, aos aspectos naturais e aos diferentes usos do solo urbano.

# 4. Drenagem de águas pluviais

3.653  
municípios  
participantes do  
SNIS-AP 2019  
(Total: 5.570)

Informação	Total
Percentual de municípios com sistemas de águas pluviais exclusivos para drenagem (IE016)	54,3%
Percentual de municípios com sistemas de águas pluviais unitário (IE016)	22,5%
Extensão total de vias públicas urbanas com pavimento e meio-fio (ou semelhante) (IE019)	1.036.162,9 Km
Quantidade de captações (IE021 + IE022)*	7.074.248 captações
Extensão total de vias públicas urbanas com redes ou canais de águas pluviais subterrâneos (IE024)	249.572,1 Km
Quantidade de municípios com soluções de drenagem natural (faixas ou valas de infiltração) em vias públicas urbanas (IE028)	566
Percentual de municípios com vias públicas urbanas com canais artificiais abertos (IE026)	16,0%
Percentual de municípios que possuem algum tipo de tratamento de águas pluviais (IE050)	4,4%
Quantidade de municípios com reservatórios de DMAPU (IE051)	174
Quantidade de municípios com parques lineares (IE043)	280
Percentual de municípios que não realizaram intervenção ou manutenção no sistema de drenagem (OP001)	27,0%

\*Foram expurgadas as informações dos municípios com IN051 superior a 2.000 captações/km<sup>2</sup> (YAZAKI, 2018).

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020.



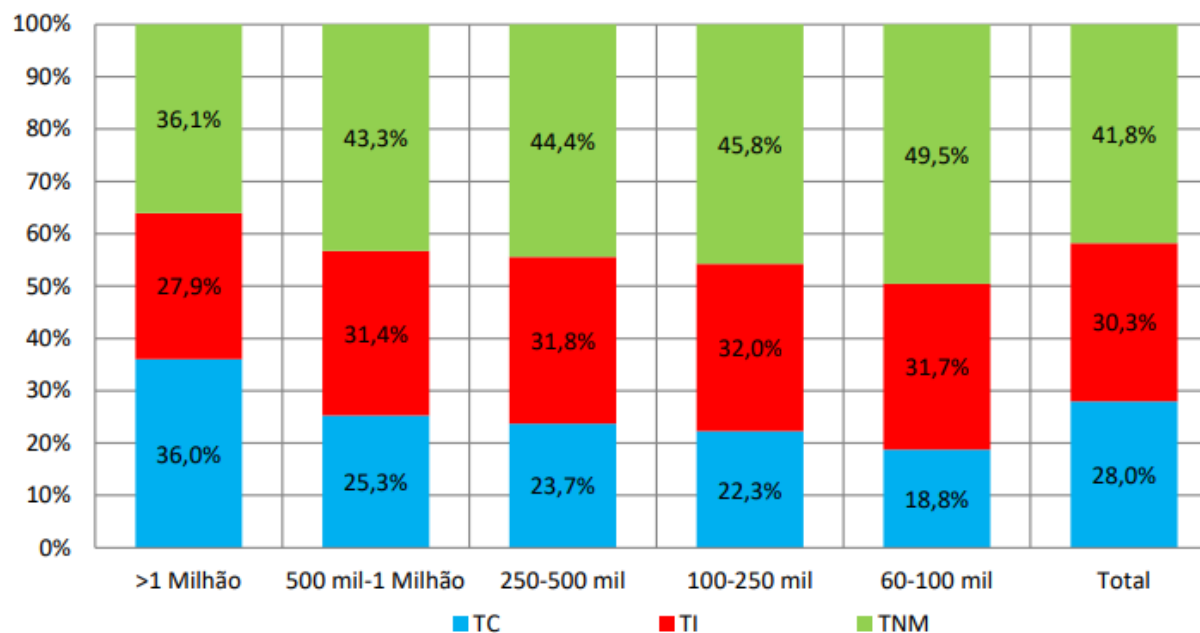
# 5. Transporte coletivo

## × Transporte coletivo

- + Município, estado e federação
- + Executado diretamente, indiretamente (como por autarquia municipal), ou por empresas privadas, mediante concessão ou permissão
- + Transporte coletivo urbano e rural
  - × competência do município
- + Transporte coletivo intermunicipal
  - × competência do Estado
- + Transporte coletivo interestadual
  - × competência da União

# 5. Transporte coletivo

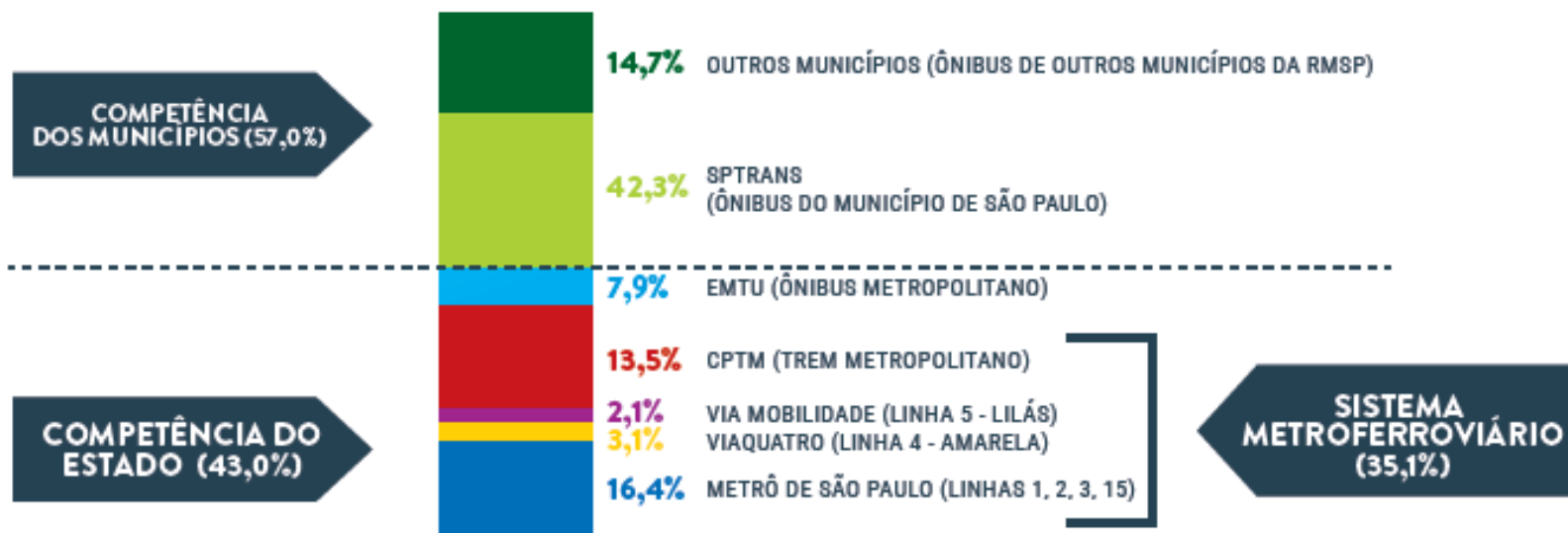
Disposição de viagens por porte de município - 2018



- Modalidades de transportes urbanos
  - Carros e motocicletas (Transporte individual - TI)
  - Bicicleta e a pé (Transporte não motorizado – TNM)
  - Coletivos: ônibus e vans, metrô, trem (Transporte coletivo - TC)

# 5. Transporte coletivo

## COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL PELO TRANSPORTE COLETIVO NA RMSP POR PERCENTUAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS – 2018



Fonte: Metrô - Observatório da Demanda - Dados do 4º trimestre de 2018.

# Outros serviços urbanos

## × Trânsito e tráfego

- + Definições
- + Atribuição municipal: regulamentação das vias, o licenciamento de veículos e a implantação de sinalização nas vias
- + Todos os municípios devem obedecer ao Código Nacional



# Outros serviços urbanos

## × Pavimentação

- + Responsabilidade do município.
- + Custo de manutenção é cobrado por meio de taxa, lançado em conjunto com o IPTU.

## × Iluminação pública

- + Responsabilidade do município.
- + Obtenção da energia elétrica da empresa que detiver a concessão, permissão ou autorização para seu fornecimento.
- + Custos cobertos por impostos gerais.

## × Energia elétrica

- + Geração, transmissão e distribuição são de competência da União.

## × Serviços telefônicos, transmissão de dados e telecomunicações

- + Geração, transmissão e distribuição são de competência da União.

## × Distribuição de gás

- + Canalizado: Atribuição do Estado (diretamente ou por concessão).
- + Botijão: regulação pela União.

# Outros serviços urbanos

## × Educação e ensino

- + Organização colaborativa entre município, Estado e União.
- + Municípios tem atuado prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, bem como em cursos profissionalizantes, geralmente em conjunto com o Estado.
- + Estados e os Municípios devem aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino no mínimo 25% da receita anual resultante de impostos (CF 1988).

## × Saúde e higiene

- + Organização colaborativa entre município, Estado e União, constituindo o SUS.
- + Vigilância sanitária e epidemiológica - competência municipal e estadual.

## × Assistência social

- + “proteção legal do indivíduo pelo Estado”.
- + responsabilidade do Município, com o auxílio da União e dos Estados .
- + Exemplos: creches, recolhimento de desabrigado, distribuição de alimentos, roupas e agasalhos, encaminhamento de vítimas de acidentes e doenças do trabalho.

# Outros serviços urbanos

## × **Mercados, feiras e matadouros**

- + Serviço em geral mantido pelo Município.
- + Inclui mercados municipais, feiras livres e matadouros.

## × **Serviço funerário**

- + Competência municipal, inclui serviços de confecção de caixões, de organização de velórios, o transporte de cadáveres e a administração de cemitérios.
- + Excetuando a administração de cemitérios municipais, as outras atividades podem ser delegadas, mediante concessão ou permissão, pela municipalidade.

## × **Segurança pública**

- + Atribuição municipal - segurança urbana e o serviço de prevenção de incêndio.

## × **Esporte, lazer, cultura e recreação**

## × **Defesa civil**

# Melhoria dos serviços

- ✘ Código de Defesa do Consumidor (Implantado em 1990)
- ✘ Lei de concessão/permissão dos serviços públicos (lei federal nº 8987/95)
- ✘ Norma ISO 9004 – Diretrizes e controle de qualidade para serviços
  
- ✘ Principais canais de reclamação para usuários:
  - + Procon - Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor
  - + Decon – Depto. Estadual de Polícia do Consumidor (delegacia) – ações penais



# Desafio na melhoria do serviços urbanos

- × Grande necessidade de crescimento efetivo da oferta dos serviços
- × Obstáculos
  - + Insuficiência de recursos financeiros
  - + Dificuldade político-institucional de gestão, caracterizada pela competição pelo poder e pelos recursos financeiros
  - + Dificuldade de articulação entre os serviços urbanos
- × Plano Diretor – instrumento para integração de serviços urbanos
- × Gestão urbana para compatibilizar aspectos técnicos e políticos